

Saldos Migratórios: Uma Análise por Estados e Regiões do Brasil (1986-2006)

RESUMO

A partir dos anos 1950, houve no Brasil a caracterização de regiões de origem/expulsão de migrantes, como o Nordeste brasileiro e o Estado de Minas Gerais, e regiões de destino/atração, como o Sudeste, em especial o Estado de São Paulo. Tais fluxos vêm apresentando mudanças significativas. O presente artigo examina as recentes mudanças na dinâmica migratória interna brasileira, embasando teoricamente os possíveis determinantes que corroborem estes resultados. Usa como base de dados os Censos Demográficos de 1991 e 2000 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2006. Observa que, durante a década de 1990, ocorreram poucas mudanças nos saldos migratórios, com a manutenção dos fluxos migratórios observados na década de 1980. Todavia, os primeiros anos do século XXI apresentam importantes reversões nos recentes saldos migratórios internos em algumas regiões e estados brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE

Migração Interna. Saldos Migratórios. Tendências Demográficas.

Silvana Nunes de Queiroz

- Doutoranda em Demografia pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (Urca);
- Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap);

José Márcio dos Santos

- Professor Assistente da Urca;
- Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
- Bacharel em Economia pela Urca.

1 – INTRODUÇÃO

A dinâmica migratória brasileira vem, desde a década de 1980, apresentando intensas modificações. Essas mudanças, segundo estudiosos, são resultado das inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional que trouxeram consigo vários efeitos em termos econômicos, políticos e sociais. A crise interna da década de 1980, a desconcentração industrial que se pronunciou desde o início da década de 1970 e se intensificou nos anos 1980, as políticas neoliberais iniciadas na Inglaterra e nos Estados Unidos no fim dos anos setenta, que, no fim dos anos oitenta, davam os seus primeiros sinais no Brasil através das privatizações e terceirizações dos serviços, a guerra fiscal entre os estados, a queda na taxa de fecundidade e o aumento da violência são exemplos de tais transformações.

Diante destes acontecimentos, o que se presenciou, no caso específico do Brasil, a partir da década de 1980, e que se agravou durante toda a década de 1990, foi o surgimento de elevadas taxa de desemprego em todo o país, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – grande absorvedora de mão de obra de migrantes desde a década de 1950. Assim, como alternativa para o desemprego urbano, as saídas encontradas pelos migrantes foram basicamente duas: permanecer nos grandes centros urbanos na tentativa de nova oportunidade de emprego, mesmo que no crescente mercado de trabalho informal, ou emigrar para outras áreas de destino.

Neste contexto, convém lembrar que Myrdal (1972) entende que a dinâmica demográfica de um país, particularmente as migrações internas, tem como origem as desigualdades regionais. Assim, os fluxos migratórios tendem a acompanhar as transformações na sua dinâmica econômica, visto que, de modo geral, ocorre uma grande tendência de os migrantes deslocarem-se em busca de emprego nas regiões mais industrializadas ou desenvolvidas do país, em virtude das desigualdades regionais que caracterizam o processo de desenvolvimento capitalista.

Todavia, segundo Martine (1994), atualmente, a dinâmica populacional brasileira vem apresentando, ainda em pequena escala, um novo tipo de movimento

migratório conhecido como contraurbanização, que não está associado somente à busca por emprego mas também à procura de uma melhor qualidade de vida.

O objetivo deste artigo é examinar as recentes mudanças nos deslocamentos populacionais no Brasil, a partir dos resultados dos saldos migratórios ou trocas líquidas entre o número de imigrantes e emigrantes, como também apresentar os possíveis determinantes para tais mudanças. A base de dados utilizada constituiu-se nas informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2006.

Além desta introdução, o presente trabalho encontra-se dividido em mais cinco seções. A segunda seção abordará os aspectos teóricos referentes aos deslocamentos populacionais. A terceira seção discutirá as abordagens apresentadas por diversos estudiosos sobre os elementos determinantes dos deslocamentos populacionais no Brasil. Na quarta parte, será abordado o papel que as políticas públicas regionais possuem na promoção do crescimento econômico dos estados das regiões periféricas. Na quinta parte, serão analisados os resultados dos saldos migratórios obtidos por regiões no período de 1986 a 2006. A sexta seção abordará os resultados dos saldos migratórios segundo os estados, também dentro do período de 1986 a 2006. Por último, serão feitas as considerações finais acerca do tema discutido.

2 – ASPECTOS TEÓRICOS DOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

Os deslocamentos populacionais devem ser compreendidos, em sua maioria, como resposta dos indivíduos às situações de ordem econômica, nas quais a mudança geográfica é justificada como alternativa para a obtenção de melhores rendimentos. Sob este ângulo, alguns teóricos prestaram contribuições acerca da inter-relação dos movimentos migratórios com a dinâmica econômica.

Ravenstein (1980) afirma que existe um elo entre os movimentos populacionais e os deslocamentos das atividades econômicas. De acordo com este autor, os migrantes sempre estão dispostos a se

dirigir para as regiões em que o comércio e a indústria são mais desenvolvidos, com o objetivo de serem inseridos no mercado de trabalho e melhorarem a sua situação financeira. Apesar de Ravenstein (1980) não especificar os motivos das migrações, fica evidente que estas decorrem dos desequilíbrios socioespaciais de natureza econômica, causados principalmente por diferenças salariais e abundância (ou escassez) de mão de obra em algumas regiões. Desta forma, ele conclui que as migrações são fatores equilibrantes entre as regiões estagnadas (de expulsão) e as regiões prósperas (de atração).

Por sua vez, Lee (1980), outro estudioso das migrações, direciona sua abordagem na análise dos fatores que motivam a saída dos locais de origem, caracterizados como regiões de expulsão, e os elementos determinantes na escolha do local de destino, definidos por Lee como regiões de atração. Na visão deste autor, o ato migratório não é uma decisão completamente racional, sendo o resultado de uma série de fatores voluntários e involuntários. Sob este pensamento, o raciocínio essencial da teoria proposta por Lee é que “a decisão de migrar nunca é completamente racional, sendo que para algumas pessoas a fundamentação racional é bem inferior à irracional.” (LEE, 1980, p. 103).

Contra-pondo-se a Lee, Sjaastad (1980) sustentava que o ato migratório era resultado de uma escolha racional por parte do indivíduo, que possui – ou pode ter – total conhecimento acerca do local de destino e assim, inferir sua conclusão de forma mais pragmática. Dentre os teóricos da corrente neoclássica, Sjaastad (1980) é quem aborda a migração interna com um enfoque mais econômico. A decisão de migrar seria decorrente da análise individual acerca dos custos e retornos (monetários e não-monetários) provenientes do ato de migrar. Sendo o migrante um agente racional, a decisão de migrar ocorreria quando da probabilidade de os retornos obtidos com a nova localização excederem os custos. Para o autor, a migração não deve ser interpretada apenas pela ótica da promoção do equilíbrio entre os mercados de trabalho, mas tratada, inclusive, como um investimento que, apesar de gerar custos, é capaz de propiciar retornos em capital humano.

A concepção da migração como um investimento também é defendida por Theodore Schultz. Estudioso da economia do trabalho, Schultz (1967) afirma que a migração está intimamente relacionada com a necessidade de os indivíduos de obterem melhores ganhos ou rendimentos. A partir de formulação da teoria do capital humano, Schultz coloca que a qualificação adquirida ao longo da vida, pelo indivíduo, permite-lhe expandir sua capacidade produtiva, proporcionando-lhe a obtenção de maiores rendimentos e aceitabilidade no mercado de trabalho. Dentro deste contexto, além das despesas como educação, o autor enfatiza a importância dos gastos referentes aos deslocamentos espaciais, que são vistos como um investimento que permitirá ao indivíduo adquirir rendimentos maiores do que aqueles que ele auferia na região de origem.

Além do papel característico de promover a realocação espacial da mão de obra, o ato migratório pode ser interpretado como um elemento dinâmico no processo de desenvolvimento econômico de uma nação. Esta é a afirmação feita por Lewis (1954). A partir da construção de um modelo econômico baseado numa economia que possui dois setores, um de subsistência rural tradicional e outro industrial urbano moderno, Lewis demonstra que o produto desta economia crescerá, bem como salários e lucros, à medida que a mão de obra concentrada nas áreas rurais desloca-se para os centros urbanos industriais. Isto se deve à suposição da existência de um excedente de mão de obra no meio rural, que, atraído pelos maiores salários do meio urbano, migra em direção às cidades, constituindo-se nos trabalhadores a serem contratados e que serão responsáveis por expandir a produção no setor industrial.

Dentro da concepção neoclássica, os movimentos populacionais são abordados como mecanismos equacionadores dos desequilíbrios de fatores e de rendas entre as diversas regiões. Os desajustes causados pela estrutura heterogênea na qual ocorre o crescimento econômico entre as regiões provocam disparidades entre as alocações de fatores e os níveis de produtividade e, por conseguinte, nas taxas de salário. Assim, os deslocamentos populacionais seriam uma forma de resposta a estas distorções,

promovendo um processo de realocação do fator trabalho. Desta forma, a perfeita mobilidade da mão de obra possibilitaria a convergência dos salários ao equilíbrio em mercados competitivos, reduzindo as desigualdades de renda. Sob este contexto, o principal motivador das migrações seria a existência de desigualdade de renda e salários entre as regiões. (CANÇADO, 1999).

Seguindo uma visão mais heterodoxa, Singer (2002) analisa as *migrações internas do campo à cidade* no contexto brasileiro e latino-americano de industrialização tardia, em moldes capitalistas, a partir de uma perspectiva histórico-estrutural. A migração é entendida, enquanto processo social, historicamente condicionada não somente pela industrialização, mas por causas estruturais e institucionais, sendo o resultado de um conjunto de mudanças pelo qual passou a economia capitalista dos países periféricos. A preocupação de Singer é entender o fenômeno “migratório” a partir de uma perspectiva global, e não somente a sua aparência.

De acordo com Singer, as migrações, sobretudo internas, têm origem nas desigualdades regionais. Sob este contexto, tais desigualdades estimulam as migrações ao promoverem o fluxo de mão de obra das áreas estagnadas e atrasadas para regiões prósperas e modernas. Assim, o ato de migrar das áreas rurais estagnadas em direção aos centros urbanos em processo de industrialização não seria uma escolha subjetiva, mas o fruto da necessidade de inserção no mercado de trabalho e de obtenção de renda. Desta forma, os movimentos migratórios devem ser interpretados como um deslocamento espacial da mão de obra entre os modos de produção, contribuindo para incrementar os diferenciais de salário e de renda entre as regiões de origem e de destino. (SINGER, 2002).

Diante dos referenciais teóricos apresentados, ratifica-se a afirmação de que os movimentos migratórios estão estreitamente associados aos eventos de ordem ou natureza econômica. Assim, a diversidade de acontecimentos econômicos pode levar à ocorrência de deslocamentos populacionais, que podem ser caracterizados pela formação de fluxos predefinidos de migrantes ou pela estipulação de regiões de atração ou expulsão de migrantes.

3 – POSSÍVEIS FATORES EXPLICATIVOS DAS RECENTES MUDANÇAS NOS SALDOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS

Desde o início da década de 1980, começam a se pronunciar mudanças crescentes na economia internacional e nacional, que trarão consigo vários efeitos em termos econômicos, políticos e sociodemográficos. Particularmente, estes acontecimentos também influenciaram as recentes alterações na dinâmica migratória brasileira. Nesse sentido, surgiram perguntas e opiniões de diversos estudiosos da temática sobre essas mudanças e os seus efeitos sobre as migrações internas. Esta seção limita-se a apresentar as opiniões de pesquisadores, como Martine (1994); Pacheco e Patarra (1997) e Cano (1997), a respeito dos principais determinantes dos deslocamentos populacionais no Brasil.

Na opinião de Martine:

A história futura certamente consagrará a década de oitenta como uma das mais marcantes do século XX. As transformações mais notáveis, evidentemente, ocorreram no domínio político-econômico. Mas a área populacional também se caracterizou por mudanças extremamente importantes, embora menos conhecidas. No Brasil, a magnitude da metamorfose demográfica foi tão significativa quanto inesperada. (MARTINE, 1994, p. 5).

Conforme Martine (1994), existem cinco fatores que teriam contribuído, em maior ou menor grau, para as recentes mudanças nos deslocamentos populacionais brasileiros e, conseqüentemente, nos saldos migratórios das regiões e estados, que são:

i) A desconcentração industrial: apesar de este processo ter-se iniciado ao fim da década de 1960, tendo maior ênfase a partir de meados dos anos 1970, o seu impacto sobre os movimentos migratórios começa a surtir efeito somente a partir da década de 1980, com a diminuição das migrações com destino para a Região Metropolitana de São Paulo;

ii) A contrametropolização ou contraurbanização: este é um tipo de movimento populacional que foi observado pela primeira vez na década de 1970 nos Estados Unidos e, posteriormente, na Europa Ocidental e no Japão, onde as cidades localizadas fora da Região Metropolitana cresciam mais rápido do que

aquelas dentro dela. A explicação para estas afluências populacionais tem a ver com a escolha de uma melhor qualidade de vida (locais sem poluição ambiental, sonora, visual etc.). No caso da Região Sudeste, especificamente, a Região Metropolitana de São Paulo já presencia algumas evidências de tais movimentos para algumas classes sociais da População Economicamente Ativa (PEA) que, na busca de melhor qualidade de vida e de maior segurança, decidem trabalhar no interior, dado o alto grau de violência nas grandes metrópoles. Em muitos casos, porém essas pessoas continuam trabalhando nos grandes centros e morando em cidades do interior próximas à Região Metropolitana. Contudo, também existem aqueles que preferem mudar-se para estados menores;

iii) O efeito cumulativo de novos e velhos padrões na fronteira: as fronteiras agrícolas, desde a década de 1930, podem ser vistas como tendo importante papel de amortecer (ou retardar), de alguma forma, as migrações para as áreas mais urbanizadas. O que se percebe é que estes movimentos de fronteira que ocorreram até a década de 1980 em direção a Rondônia e a Amazônia foram os últimos processos de interiorização do Brasil. Portanto, o acúmulo deste processo, nos últimos cinquenta anos, acabou por absorver grande contingente populacional no interior. Nos dias atuais, observa-se que as cidades fronteiriças absorvem parte do refluxo de migrantes que não encontram postos de trabalho nas grandes cidades;

iv) A crise econômica da década de 1980: no contexto da crise, os seus impactos em termos populacionais foram no sentido de diminuir os movimentos migratórios, inclusive o êxodo rural. Como as cidades industrializadas passaram a crescer em um ritmo lento e a demanda por mão de obra diminuiu consideravelmente, verificando-se com isso uma crescente taxa de desemprego até então nunca vista no país, isto teria desestimulado os fluxos migratórios em direção a outras regiões, em detrimento dos movimentos de menor distância, como é o caso das migrações interestadual e intraestadual que se intensificaram;

v) A queda da fecundidade e a inércia da dinâmica demográfica: a partir do início da década de 1980 a taxa de fecundidade diminuiu consideravelmente

em todo o Brasil, afetando o ritmo e a forma de crescimento metropolitano. Tiveram grande importância a velocidade e o nível de queda na taxa de fecundidade nas áreas urbanas, pois, apesar de ter diminuído também na zona rural, ainda assim é considerada alta.

As mudanças na dinâmica populacional apresentadas no Brasil, da década de 1980 em diante, merecem maior atenção. Na opinião de Pacheco e Patarra (1997), o que mais chamou a atenção foram os dados do Censo Demográfico de 1991, que mostraram claramente a inversão nos fluxos migratórios da Região Metropolitana de São Paulo, “que passou de um saldo migratório positivo de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas para 700 mil pessoas no período seguinte.” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 46). Na interpretação destes autores, os principais determinantes para estas mudanças nos deslocamentos populacionais são:

i) Processo de desconcentração econômica: diferentemente de Cano (1997), os referidos autores acreditam que o processo de desconcentração econômica tenha sido mais evidenciado a partir de meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, não havendo motivos para acreditar numa inflexão deste processo ou na volta da reconcentração, haja vista que, nos anos 1990, presencia-se a continuidade do processo de desconcentração industrial da Grande São Paulo, principalmente no sentido da periferia nacional (Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e do interior do Estado de São Paulo;

ii) Crise no início dos anos 1980: com a redução do ritmo de crescimento da economia brasileira entre 1980 a 1983, presencia-se uma forte recessão, um aumento da taxa de desemprego e uma elevada inflação, que teria como consequência a redução do poder aquisitivo do trabalhador, desestimulando as migrações para as regiões mais desenvolvidas e aumentando, portanto, as migrações de curta distância e de retorno;

iii) Declínio acentuado da fecundidade: talvez um dos mais importantes acontecimentos no Brasil a partir dos anos oitenta, pois ocorreu em todas as regiões do país, porém, com grau diferenciado entre as regiões e as classes sociais. Na zona urbana de todo o país e nas regiões mais desenvolvidas, a queda da taxa de fecundidade foi alta e veloz. Contudo, nas

regiões menos desenvolvidas e na zona rural, estas ainda continuam elevadas, apesar de também terem diminuído a sua taxa de fecundidade. Como é na zona urbana onde se presenciam as maiores quedas na taxa de fecundidade, isto é um dos motivos de a população das Regiões Metropolitanas passarem a crescer num menor ritmo.

Por sua vez, Cano (1997) procura explicar as mudanças na dinâmica populacional do Brasil através de seis importantes acontecimentos ocorridos na economia brasileira nestes últimos anos, que são os seguintes:

i) Crise dos anos 1980 e maturação dos investimentos realizados para o resto do país entre 1975 a 1985: a combinação destes dois fatores teve impactos “negativos” no estado e na Região Metropolitana de São Paulo, na qual “diminui os movimentos migratório de 53% entre 1970/1980, para 37% no período compreendido entre 1980/1991” (CANO, 1997, p. 127), devido a sua baixa atratividade, sugerindo o crescimento das migrações de retorno;

ii) A expansão dos gastos públicos de governos locais, a “guerra fiscal” e as políticas de turismo interno: estes três acontecimentos também se complementam como determinantes na inversão ou mudanças nos fluxos migratórios, dada a urbanização das regiões periféricas e a expansão dos seus mercados internos;

iii) Fenômeno de desconcentração produtiva é um dos principais determinantes da migração de retorno e do surgimento de novos tipos de fluxo migratório, como, por exemplo, migração de trabalhadores mais bem treinados/especializados para as regiões periféricas, visto que estas regiões agora necessitam de trabalhadores mais qualificados, diante do surgimento de serviços mais diversificados na periferia;

iv) Interiorização do desenvolvimento econômico: entre 1975 a 1985, presenciou-se forte deslocamento de atividades da Região Metropolitana de São Paulo para o interior paulista. Esse deslocamento caracterizou-se por ser bastante diversificado, pois ocorreu tanto no setor agroindustrial e industrial quanto no terciário, resultando em grande saída de fluxo migratório para o interior paulista;

v) A política neoliberal: com a abertura da economia brasileira, a partir da década de 1990, o que se observou foi o fechamento de pequenas e médias empresas nacionais, que não conseguiram competir com as multinacionais, e o conseqüente aumento do desemprego por todo o Brasil, cujos impactos foram maiores no Rio de Janeiro e em São Paulo, que reduziram consideravelmente o volume do seu fluxo imigratório positivo;

vi) Disseminação por todo o Brasil da violência e criminalidade: entenda-se violência e criminalidade como o conjunto de problemas sociais que aumentaram em todo o país, passando o roubo, o furto, o tráfico e o sequestro a serem “fontes” de renda e de emprego. Nesse sentido, diante do crescimento das regiões periféricas, este tipo de problema também migra para estas regiões.

Diante do apresentado acima, ficou claro que, na opinião dos estudiosos, os três principais determinantes das recentes mudanças na dinâmica migratória brasileira seriam a crise dos anos 1980, a desconcentração industrial e a queda na taxa de fecundidade.

4 – POLÍTICAS REGIONAIS E EXPANSÃO ECONÔMICA DE REGIÕES PERIFÉRICAS

Conforme visto na seção anterior, Martine (1994); Pacheco e Patarra (1997) e Cano (1997) ressaltam alguns elementos que influenciaram os deslocamentos populacionais recentes no Brasil. No conjunto das abordagens, ficou implícita a ocorrência de uma tendência de fortalecimento econômico de algumas regiões periféricas, associada, em parte, às políticas públicas implementadas nestas áreas, o que teria estimulado a imigração em direção a estas regiões.

Durante séculos, a dinâmica econômica da região Nordeste esteve fortemente relacionada às atividades primárias e com baixo índice de desenvolvimento industrial. A manutenção histórica desta condição, associada à baixa produtividade e à manutenção de precárias relações de produção, incentivou constantes períodos de emigração em direção a outras regiões econômicas – especialmente após o advento da

industrialização na região Sudeste. Contudo, a tendência de reversão desta situação vem-se tornando evidente diante de um ciclo de investimentos na atividade produtiva da região.

Inicialmente, este processo ocorreu ainda em meados da década de 1960. Em meio à crise econômica do início dos anos 1960, órgãos estatais direcionados ao desenvolvimento regional passam a atuar como motores dos investimentos locais. No caso da região Nordeste, esta função foi assumida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que passou a conceder uma série de incentivos para investimentos no segmento produtivo da região Nordeste. Desta forma, assumia-se uma escolha pela industrialização da região Nordeste como forma de superar as adversidades locais e torná-la desenvolvida, tal qual havia sido feito em termos nacionais ainda na década de 1930.

A presença do Estado através destes órgãos assumia uma relevância decisiva na determinação dos investimentos neste período, pois estes se apresentariam tanto na forma do gasto público direto como na forma de gasto privado induzido pelas políticas de estímulo. Em relação a este último ponto, deve-se enfatizar que esta indução passava pela concessão de benefícios fiscais e também pela seletividade dos setores ou projetos sob os quais seriam realizadas as inversões. Neste contexto, houve a atração de um grande volume de capitais disponíveis oriundos do Sudeste, especialmente o grande capital, que ansiava por oportunidades de inversão que lhes garantisse novamente as condições de reprodução e acumulação que, temporariamente, não mais se apresentavam nesta região. Estabelecia-se, neste momento, o processo de articulação produtiva entre as regiões Sudeste e Nordeste, desenhando-se nesta última um parque produtivo fundamentado na indústria de transformação e de bens intermediários. Desta forma, o Nordeste supera a escassez de recursos e de tecnologia ao acolher estes investimentos provenientes do capital de outras regiões, conforme enfatiza Celso Furtado:

Os obstáculos que em outras partes do mundo limitam o processo de modernização – e que se originam na balança de pagamentos e na insuficiente dimensão do mercado interno face às

exigências de tecnologia moderna – no Nordeste são contornadas graças à integração industrial com o Centro-Sul. (FURTADO, 1981, p. 122).

Contudo, esta fase de investimentos capitaneados pela União e suas autarquias encontra seu esgotamento a partir do início da década de 1980, com o estrangulamento econômico do Estado advindo da crise da dívida. Com o enfraquecimento econômico do governo federal, a condução da política de industrialização e, conseqüentemente, de um novo ciclo de investimentos ao segmento produtivo deveria, a partir de então, ser liderada especialmente pelas ações dos governos estaduais – que emergem como agentes empreendedores locais. Nesta nova etapa, a dinâmica econômica regional será vinculada não mais ao desempenho da política federal mas aos estímulos e benefícios concedidos na esfera estadual.¹ Diante deste contexto, os principais estados da região iriam emergir com políticas próprias que fortaleceram suas economias junto ao cenário nacional.

De certa forma, esta nova postura será resultado da ascensão de novos grupos políticos, que tratarão a questão industrial como preocupação fundamental. O Estado do Ceará é o exemplo maior deste evento. A partir de 1987, o Ceará passa a atrair uma série de investimentos industriais através do mecanismo de incentivos fiscais e pela realização de investimentos em infraestrutura. Esta será a característica da política econômica local, que repercutirá nos governos futuros do estado.

Além disto, este promove ajuste estrutural nas finanças públicas, com a reestruturação da máquina administrativa, na redução dos gastos de custeio e na “moralização” das ações do governo do estado, onde fica evidente o interesse público de atrair investimentos. (VASCONCELOS; ALMEIDA; SILVA, 1999).

Num primeiro momento, os resultados obtidos induziram uma elevada concentração de empresas na Região Metropolitana de Fortaleza, ao se observar que 151 empresas, das 204 empresas atraídas no período 1991-1994, instalaram-se na citada região

¹ Aqui se enfatiza a posição central que as políticas estaduais assumem na condução dos investimentos regionais, haja vista que elas tinham um papel secundário em períodos anteriores, pois eram suplantadas pelas iniciativas federais.

metropolitana. Para equacionar este problema, o governo, numa segunda etapa, amplia os incentivos nas regiões do interior do estado, na intenção de desconcentrá-las do litoral. Este novo plano foi chamado de Fundo de Desenvolvimento Industrial I (FDI 1) e perdurou de 1995 a 2002. Para atingir tal êxito, ele concedia vantagens progressivas à medida que as empresas se instalassem em localidades mais próximas do interior. No ano de 2002, houve uma reformulação do Fundo de Desenvolvimento Industrial, que buscou privilegiar municípios caracterizados como possíveis polos industriais, como as cidades de Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte, na tentativa de reforçar o processo de industrialização destes municípios interioranos. No ano seguinte, 2003, a política de incentivos à industrialização passa por mais uma reformulação, na qual se utilizam externalidades positivas como incentivo às indústrias que se instalam no estado. Para isso foi desenvolvido um sistema de pontos que valorizavam variáveis indicadoras de investimentos, como volume de investimento, número de empregos gerados, dentre outras. (PONTES; VIANNA; HOLANDA, 2006).

Em termos gerais, observou-se que as empresas instaladas no interior eram mais intensivas em mão de obra do que as instaladas na região metropolitana de Fortaleza, fazendo com que o interior apresentasse um volume menor de investimento, mas com uma maior geração de empregos.

Assim como o Estado do Ceará, a Bahia também promoveu incentivos industriais a partir de década de 1980 com o intuito de industrializar a economia local. Apesar dos volumosos recursos obtidos em décadas anteriores, que permitiram, entre outras, a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari, a economia baiana entra numa fase de estagnação, em conjunto com a economia nacional, durante a década de 1980, devido ao esgotamento das políticas federais de desenvolvimento. Um novo ciclo de políticas industrializantes será observado no início da década de 1990.

O governo baiano retoma sua participação ativa na economia intensificando o uso de políticas públicas para atração de investimentos por meio de incentivos fiscais e financeiros a grupos privados

nacionais e internacionais. Tais políticas almejavam promover a atração de empreendimentos, a diversificação e a interiorização do parque industrial através de benefícios fiscais, concessões financeiras diferenciadas e incentivos para infraestrutura. Neste intuito, foi implantado o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (Probahia), que consistia na concessão de financiamentos a partir de um percentual do ICMS para os novos empreendimentos industriais que fossem atraídos para o território baiano. O Probahia foi um programa destinado às indústrias em geral, agroindústrias, empresas de mineração, empresas de turismo e de produção de energia, tendo como intuito promover o desenvolvimento industrial do estado. (PACHECO; SOUZA, 2008).

Além do Probahia, outros programas governamentais de incentivos ao desenvolvimento industrial foram criados ao longo da década de 1990. Dentre estes, merecem menção: o Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica (Bahiaplast), criado em 1998, que visava aumentar a capacidade produtiva e a modernização do parque industrial do setor de plásticos; o Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (Procomex), criado em 1997, que se destinava a fomentar a produção para exportação, principalmente do setor de calçados; o Programa Estadual de Desenvolvimento da Mineração, da Metalurgia e da Transformação do Cobre (Procobre), criado em 1999, que tinha como objetivo a implantação de indústrias produtoras de bens que utilizassem o cobre como insumo principal; e o Programa de Incentivo à Produção Têxtil e de Confecções (Profibra). (PACHECO; SOUZA, 2008).

Ainda na linha dos programas baseados em incentivos fiscais, desponta o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (Proauto), que ofertava incentivos fiscais e de infraestrutura para as montadoras e fabricantes de autopeças que se instalassem no estado. O programa obtivera êxito significativo ao conseguir atrair a instalação de uma grande montadora em 2001, o que proporcionou uma série de externalidades positivas para a região.

Em 2002, o governo baiano promove uma revisão da política industrial do estado, resultando na criação do Programa de Desenvolvimento Industrial

e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve), que veio substituir os programas de benefícios fiscais anteriores e procurou ampliar as metas propostas para o desenvolvimento e diversificação dos aglomerados industriais no estado. Desta forma, verifica-se o crescimento das políticas de incentivos fiscais, sendo consideradas de grande importância dentro da estratégia de desenvolvimento da Bahia.

Grande receptora de incentivos federais desde meados dos anos 1960, a economia do Estado de Pernambuco inicia um ciclo de contração significativo a partir de década de 1980, que iria perdurar até meados da década de 1990. O estado pernambucano, que, em 1970, respondia por 25% do PIB da região Nordeste, passa a responder por apenas 17% da produção regional em 1995. Em resumo, a economia pernambucana cresceu menos que a média nacional e nordestina entre 1985-1995. (VASCONCELOS; VERGOLINO, 1999).

Tal dinâmica deve-se à redução dos incentivos concedidos pelas esferas federais e, conseqüentemente, pela ausência de políticas estaduais próprias de fomento. Paralelamente, tal redução também é vista como resultado do processo de descentralização regional, pois estados como Ceará e Bahia conseguiram atrair maiores volumes de recursos nesse período. Diante desta nova conjuntura econômica, o estado pernambucano inicia sua política de incentivos em meados da década de 1990.

Após lançar diversos programas de benefícios de menor expressão, em 1995, o estado institui o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe). Este programa tinha como finalidade promover o desenvolvimento industrial do estado, de forma mais específica, naqueles setores produtivos definidos como relevantes e prioritários para a economia local. Ele se constituía de uma política de financiamentos por via do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), que patrocinava uma isenção fiscal referente à parcela destinada ao estado, que variava de 80% a 100% por cento. Todavia, o valor do incentivo dependia de quatro fatores básicos: a natureza estrutural do projeto, o enquadramento nos setores

considerados prioritários, a localização geográfica do empreendimento e a adequação do projeto à política industrial. (AMORIM, 2003).

No ano de 1999, o Prodepe passa por reformulações, mais especificamente, na forma de concessão do crédito fiscal, que, agora, poderia ser feito de forma presumida. Sob o novo modelo de incentivos, as atividades patrocinadas foram divididas em dois grupos: prioritário e relevante. O destaque maior ficaria no grupo relevante, onde seriam alvo de contemplação os setores de agroindústria, metal-mecânica, transporte, eletrônica, minerais não-metálicos, têxtil e plásticos. Além disto, estendeu o financiamento ao setor de comércio importador atacadista de mercadorias. (AMORIM, 2003).

Entretanto, a política industrial do Estado de Pernambuco ganhou evidência própria ao patrocinar a expansão das atividades econômicas ligadas diretamente às aglomerações produtivas. A identificação dos aglomerados produtivos feita pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe)² possibilitou ao estado mapear as áreas com potencial econômico para a expansão das atividades locais ali inseridas como política de desenvolvimento regional. Tais regiões passaram a ser contempladas com investimentos a partir do Plano Plurianual de Investimentos de 2000-2003. Nele, há a clara intenção de promover o adensamento das cadeias e arranjos produtivos locais. (CAMPOS, 2004).

Em tempo, as principais áreas contempladas pelo apoio do estado como focos de desenvolvimento foram os setores sucroalcooleiro, vinicultura, fruticultura, confecção, caprinovicicultura, artesanato e gesso. Deve-se enfatizar o fato de que parcela destes aglomerados localiza-se em áreas do interior do estado, o que tem proporcionado a formação de emprego e renda nestas áreas distantes da Região Metropolitana do Recife. (CAMPOS, 2004).

A análise das políticas patrocinadas por estes três estados exemplifica, de forma geral, a nova conjuntura de incentivos e benefícios advindos dos governos

² É uma autarquia da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, que está vinculada institucionalmente à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco.

estaduais como forma de promover a dinamização e ampliação de sua capacidade produtiva e econômica, superando, assim, os entraves estruturais que permitiam a saída constante de nordestinos em direção as regiões economicamente desenvolvidas.

5 – SALDOS MIGRATÓRIOS NAS REGIÕES BRASILEIRAS ENTRE 1986 E 2006

Esta seção identifica e analisa as principais alterações nos saldos migratórios das cinco regiões brasileiras durante o período de 1986 a 2006. Esta técnica constitui-se na determinação da diferença entre imigrantes e emigrantes que residiam em certa região num determinado período de tempo. A computação destas duas categorias de migrantes é realizada através de mensuração por data fixa, onde os volumes de imigrantes e emigrantes são contabilizados por meio das regiões de origem e de destino para um período de tempo determinado. Neste estudo, utilizou-se como data fixa o período de cinco anos, abrangendo um período de vinte anos. Desta forma, procurou-se avaliar os resultados provenientes das entradas de indivíduos numa certa região (imigrantes), subtraído pelo número de saídas de pessoas (emigrantes). A diferença entre estas duas variáveis determina a migração líquida ou saldo migratório. O tratamento dos dados foi realizado por meio do *software* SPSS.

Acerca dos dados disponibilizados pela PNAD, Brito e Carvalho (2006) argumentam que:

Sabe-se que os dados das PNADs, mormente aqueles referentes a fenômenos rarefeitos, como é o caso da migração, devem ser considerados com cautela, por provirem de uma amostra relativamente pequena. Para se inferir sobre o provável comportamento das trocas migratórias interestaduais inter-regionais no Brasil reveladas pelas PNADs da década presente, é aconselhável lançar mão, também, dos censos demográficos de 1991 e 2000. Se os dados das PNADs confirmam tendências já anunciadas pelas informações censitárias, mais robustas serão as inferências. (BRITO; CARVALHO, 2006, p. 442).

Os resultados obtidos apontam uma possível reversão na tendência migratória nas regiões Sudeste e Sul, notadamente a partir de 2001, segundo a PNAD 2006. A região Sudeste, que historicamente possuía saldos positivos, passou a demonstrar, nos

últimos anos, reversão desta convergência. Por outro lado, a região Sul passou a apontar, nos últimos anos, situação de atração de migrantes – contrastando com as observações dos quinquênios 1986-1991 e 1995-2000. Entretanto, as regiões Nordeste e Centro-Oeste conservaram sua situação inicial ao longo de toda a série. Enquanto o Nordeste mantém-se ainda, em menor ritmo, como centro de expulsão, refletido pela diminuição nos saldos migratórios negativos, o Centro-Oeste continua sendo um centro de atração de migrantes, ainda que em menor ritmo – uma vez que proporciona saldos migratórios positivos em toda a série. Contudo, cada região possui dinâmica distinta, que deve ser analisada individualmente a fim de determinar seu real grau de atração/expulsão de migrantes.

Conhecida como região de baixa expulsão de migrantes e, ao mesmo tempo, de forte atração sobre estes em diferentes momentos históricos (ciclo da borracha, expansão das fronteiras agrícolas, exploração de minérios etc.), a região Norte apresentou significativas mudanças nos seus fluxos migratórios, principalmente no quinquênio de 2001 a 2006. Nos primeiros quinquênios analisados, esta região exibia saldo migratório positivo expressivo, como pode ser visto no Gráfico 1.

Durante o quinquênio 1986-1991, a região Norte apresentou um saldo migratório positivo de 72.743 migrantes nas suas trocas líquidas entre imigrantes e emigrantes. No quinquênio de 1995-2000, também se constata saldo positivo de 62.686 migrantes, todavia com diminuição de 10.057 migrantes em relação ao segundo quinquênio da década de 1980. Mas, o que chama a atenção é o forte declínio no saldo migratório da região Norte, que passou de 62.686 pessoas de 1995 a 2000 para 9.691 pessoas entre 2001 e 2006.

A possível justificativa para este novo cenário que se desenvolve na região Norte está intimamente ligada ao esgotamento de suas possibilidades extrativistas ou exploratórias. Segundo Baeninger (2002), a literatura caracterizou esta região como “áreas de fronteira em expansão”, que tiveram grande impulso econômico e populacional até a década de 1970, passando, posteriormente, a áreas de população consolidada no período 1986-1991. Porém, o esgotamento econômico refletiu demograficamente na forma de sinais efetivos

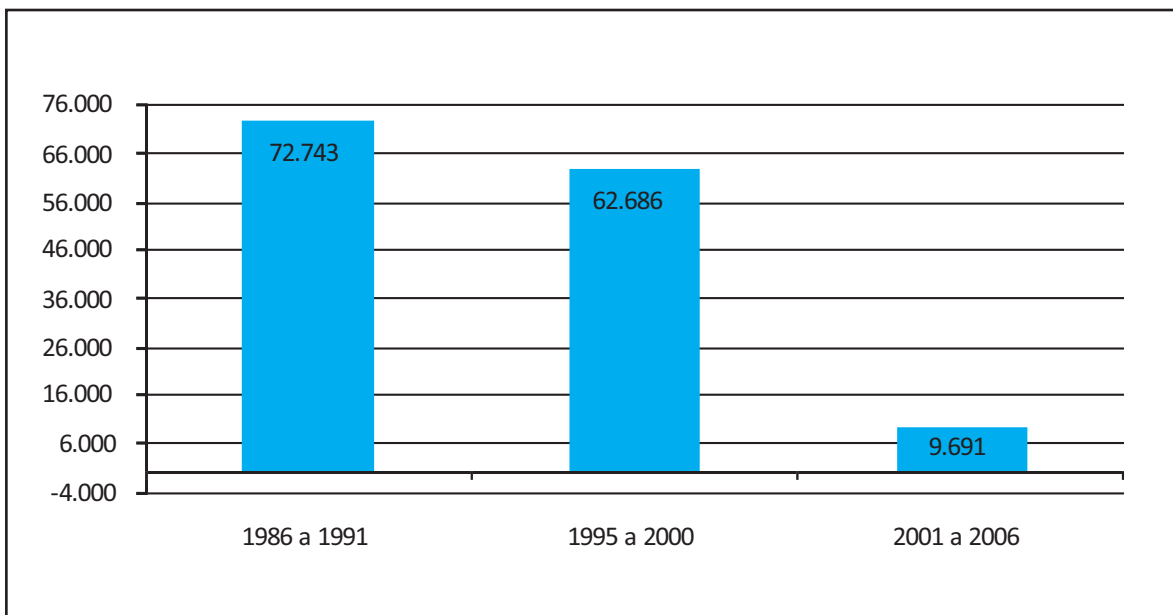


Gráfico 1 – Saldo Migratório da Região Norte

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs 2001 a 2006.

de perda de dinamismo populacional no período posterior à década de 1990.

Por sua vez, a região Nordeste vem apresentando movimento contrário ao demonstrado pela região Norte. Historicamente esta região caracterizou-se como um centro de expulsão de migrantes, implicando constantes saldos migratórios negativos, conforme observado ao longo de toda a série. Contudo, estes valores vêm-se reduzindo ao longo dos períodos observados. Tal dinâmica pode ser visualizada no Gráfico 2.

No período 1986-1991, a região Nordeste obteve saldo migratório negativo de 876.536 migrantes, o maior valor absoluto registrado dentre as cinco regiões brasileiras. Porém, os períodos seguintes mostraram redução progressiva destes valores negativos, evidenciando elevação no número de entradas e/ou redução nas suas saídas. O quinquênio de 1995-2000 apresentou redução de aproximadamente 13% em relação aos valores de 1986-1991, que passaram de -876.536 migrantes para um total de -764.047 pessoas. Já no período 2001-2006, esta redução mostra-se mais intensa. Comparando aos valores do quinquênio 1986-1991, a redução chegou

a, aproximadamente, 93,4%, sendo que o saldo migratório entre 2001-2006 ficou negativo ainda em 53.423 indivíduos. Permanecendo esta tendência, acredita-se que, na avaliação do Censo Demográfico de 2010, provavelmente, será possível presenciar saldos migratórios positivos na região Nordeste, algo inédito na avaliação das migrações no país.

Tal comportamento está relacionado a uma maior incidência de migrantes de retorno que têm regressado para a região nos últimos anos. Em grande parte dos casos, a volta à região de origem está associada às dificuldades encontradas na localidade de destino, especialmente nas regiões metropolitanas. Brito e Carvalho (2006, p. 452) apontam alguns fatores determinantes na decisão de retorno ao local de origem:

Os mercados de trabalho e imobiliário estão cada vez mais seletivos, a violência urbana exacerbada. Em síntese, a degradação da qualidade de vida tem levado boa parte dos imigrantes dessas áreas urbanas a reemigrarem para os municípios vizinhos metropolitanos ou a retornarem aos seus Estados de origem. Não seria por outra razão que as principais capitais estaduais, núcleos de metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, têm, nas últimas duas décadas, saldos migratórios negativos e, conseqüentemente, perdido população.

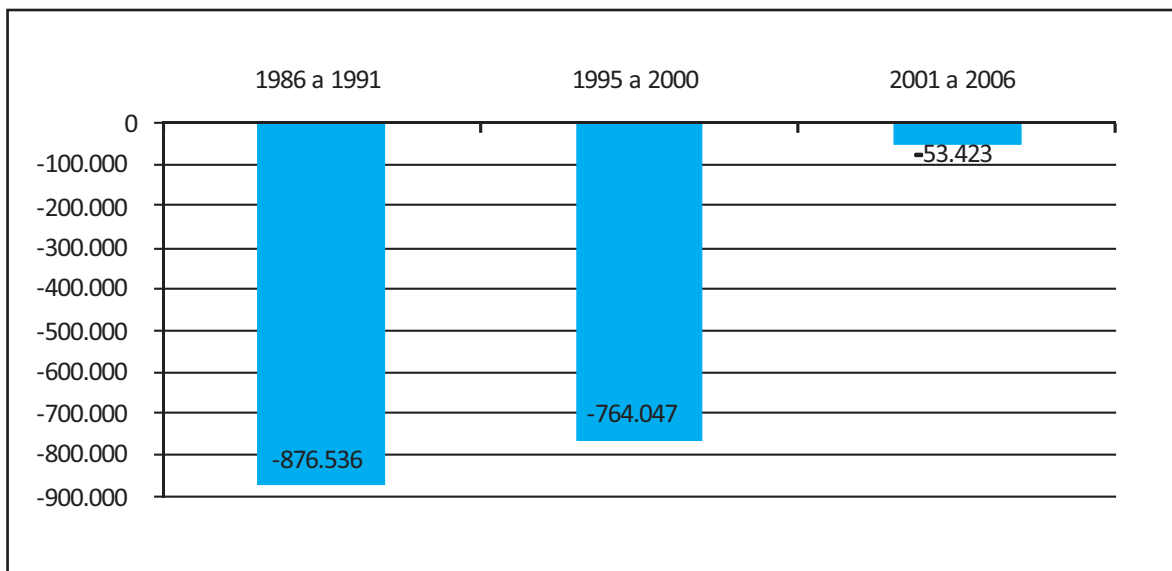


Gráfico 2 – Saldo Migratório da Região Nordeste

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs 2001 a 2006.

O que se evidencia é que as crescentes dificuldades encontradas nos grandes centros urbanos, como altos índices de violência, elevadas taxas de desemprego, formação de favelas nas áreas periféricas, que podem ser interpretadas como consequências geradas pelos desequilíbrios populacionais provenientes de fluxos migratórios anteriores, têm acirrado as condições de vida nestes locais. Desta forma, isto faz com que apenas a parcela mais bem-sucedida dos migrantes permaneça nestes centros, dada a precarização das condições de vida. Assim, a decisão de migrar e, sobretudo, de permanecer está condicionada às situações prevalentes na nova região escolhida. Entretanto, tais fenômenos urbanos acabam por exercer um efeito de seletividade sobre os migrantes, determinando quem permanece ou regressa à área de origem. Isto tem provocado saídas expressivas de população de áreas como a região metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro. Como grande parcela destas localidades recebeu migrantes nordestinos em períodos passados, observa-se agora a saída destes para a sua terra natal. Neste contexto, o Nordeste é o responsável pela recepção de grande parte deste volume.

Moura (2002), ao focar as transformações nos padrões migratórios do Nordeste durante a década de

1980, aponta a perda da estabilidade do emprego na região Sudeste, notadamente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), como um dos grandes motivos para a intensificação da saída (emigração) de nordestinos para aquela região. Por outro lado, ele procura associar o aumento da migração em direção ao Nordeste como um importante fenômeno resultante das exigências do mercado de trabalho e/ou uma possível não-adequação às novas formas de organização do trabalho e da produção existentes na região Sudeste.

Segundo Brito e Carvalho (2006), entre 30 a 40% dos imigrantes do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte vieram de São Paulo no ano de 2004. Isto mostra que está havendo uma nova tendência migratória entre o Nordeste e o Sudeste. Em um momento inicial, até a década de 1980, havia um fluxo considerável de migrantes nordestinos para o Sudeste. Atualmente, o fenômeno acontece de forma contrária, em que a elevação das saídas do Sudeste se reflete sobre o Nordeste na forma de maior incidência dos casos de migrações de retorno. Esta situação pode ser representada através dos dados expressos no Gráfico 3.

No Gráfico 3, visualiza-se um número de imigrantes e imigrantes retornados de cinco estados representativos da região Nordeste: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe. Nos cinco estados

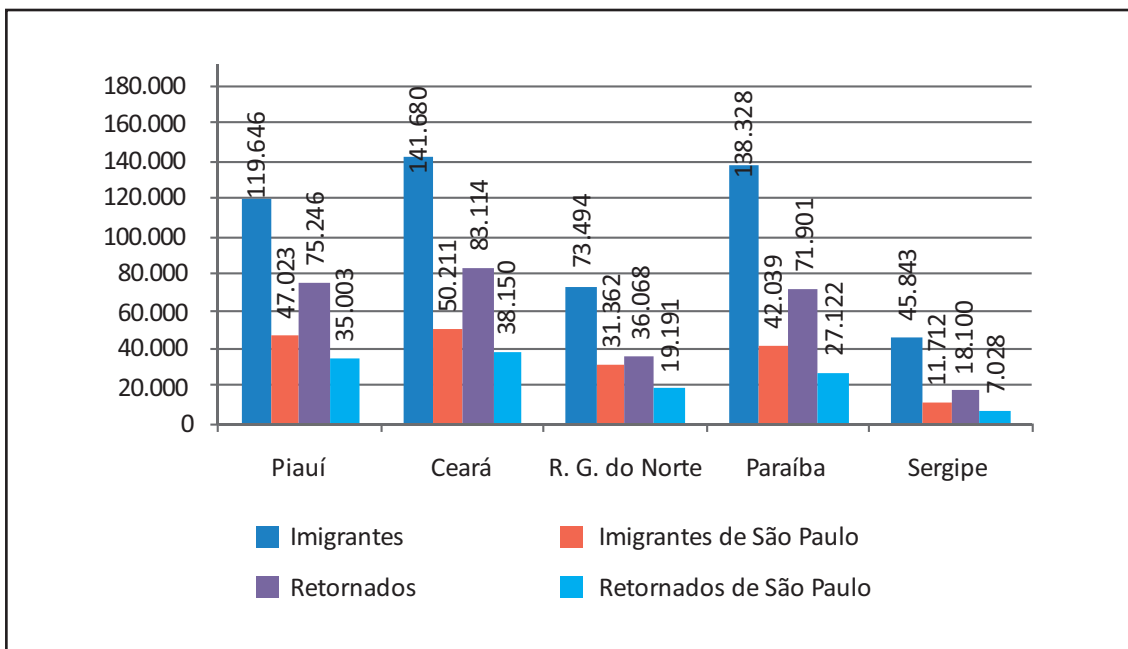


Gráfico 3 – Número de Imigrantes e suas Origens entre 1999-2004

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados de Brito e Carvalho (2006).

analisados, percebe-se que o percentual de imigrantes de retorno provenientes apenas do Estado de São Paulo sobre o valor total de retornados foi bastante representativo. Este percentual foi de 46% para o Piauí, 45% para o Ceará, 53% no Rio Grande do Norte, 37% para a Paraíba e de 38% para o Estado de Sergipe.

Enquanto a região Nordeste registra redução no seu volume de expulsão e aumento na atração de migrantes, a região Sudeste vem, recentemente, mostrando movimento contrário ao que se observava em décadas passadas, vindo a apresentar reversão na sua situação migratória, como pode ser visto no Gráfico 4.

Os dois primeiros quinquênios analisados exibiram saldos migratórios positivos bastante significativos. O período 1986-1991 registrou saldo positivo de 640.128 indivíduos, enquanto, no período 1995-2000, apesar do registro positivo, houve redução para 458.587, sendo o saldo final, aproximadamente, menor em 28%. Contudo, os primeiros anos do século XXI, segundo os dados das PNADs, apontam resultados mais surpreendentes. Comparado ao quinquênio anterior, o período 2001-2006 revelou redução de,

aproximadamente, 126%, perfazendo saldo negativo de 153.908 migrantes ao passar de um saldo positivo de 458.587 pessoas, que, em termos absolutos, representa uma diminuição de 612.495 migrantes. Estes resultados indicam que, provavelmente, a região Sudeste já não exerce, como em décadas passadas, grande poder de atração sobre os migrantes do país, que passaram a se dirigir para outras regiões. Em muitos casos há a ocorrência de migrações de curta distância, interestadual ou intraestadual. Somente os dados do Censo de 2010 irão apontar ou não para esta tendência inédita ao longo de sua história migratória.

Estes resultados, em boa medida, têm sido consequência da manifestação de um processo de saídas de indivíduos da região. Segundo Brito e Carvalho (2006), os saldos migratórios negativos apresentados pelo Estado de São Paulo nos anos recentes e, conseqüentemente, pela região Sudeste, são produto do aumento do número de emigrantes e o declínio do montante de imigrantes interestaduais.

Cano (1997) argumenta que a maturação dos investimentos pelo restante do país agiu no sentido de reduzir os fluxos destinados à região Sudeste,

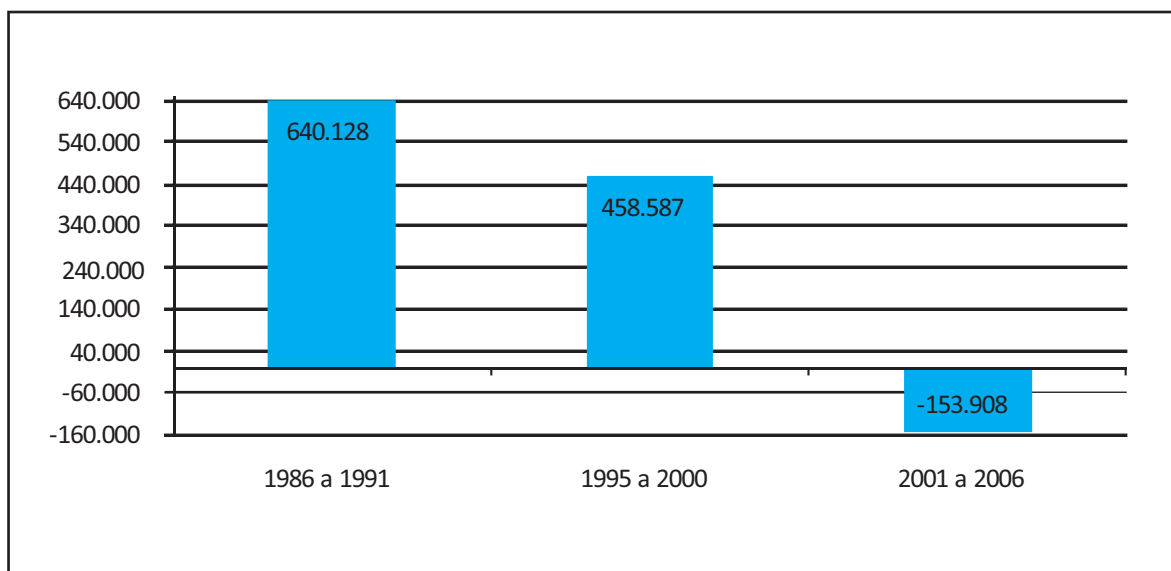


Gráfico 4 – Saldo Migratório da Região Sudeste

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs 2001 a 2006.

principalmente para o Estado de São Paulo. Cano (1997) aponta ainda que a baixa atratividade da região seja resultado do processo de desconcentração produtiva, que teria induzido o crescimento das migrações de retorno.

Acrescenta-se a isto o fato de que, a partir da década de 1980, as dificuldades nas condições de vida nesta região cresceram subitamente, geradas pela crise econômica e social, concentrada principalmente nas grandes metrópoles. Em outras palavras, a seletividade migratória no lugar de destino tornou-se mais rigorosa e, juntamente com o declínio da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida, repercutiu decisivamente sobre o crescimento da população da região Sudeste nas últimas décadas. Isto pode ser comprovado a partir da análise do Gráfico 5.

Conforme pode ser visualizado no Gráfico 5, durante o período 1970/1980, caracterizado pelos elevados índices de crescimento econômico, a região Sudeste apresentou taxa de crescimento populacional superior à do país. Enquanto o Brasil mostrou taxa de crescimento da população de 2,48%, o Sudeste obteve crescimento na ordem de 2,64%, estimulado principalmente pelo Estado de São Paulo, que apresentou taxa de 3,49% ao ano. No período seguinte (1980/1991), marcado pela diminuição da atividade econômica e redução

nas suas taxas de crescimento, observa-se redução geral nas taxas de crescimento populacional dos centros urbanos, consequência dos efeitos das saídas registradas nestas localidades e do declínio da taxa de fecundidade. Neste espaço temporal, o Brasil apresentou taxa de crescimento populacional de 1,93%, superior aos 1,77% de São Paulo, mas inferior aos 2,13% apresentados pelo Estado de São Paulo. Observa-se aqui a reversão das taxas de crescimento populacional do Sudeste, que passou a ser inferior à média nacional. Tal tendência se mantém entre 1991 a 2000, quando, novamente, a taxa de crescimento da região Sudeste foi de 1,58%, inferior à média do país, que apresentou valores de 1,61% – valor inferior ao 1,76% apresentado pelo Estado de São Paulo. Assim, evidencia-se a redução dos índices de crescimento populacional da região Sudeste como um todo.

Paralelamente às mudanças nos saldos migratórios da região Sudeste, que de centro de atração de migrantes passou para área de expulsão, a região Sul vem recuperando desde o último quinquênio do século passado (1995/2000) sua capacidade de atrair migrantes e/ou retê-los na região. Os recentes dados das PNADs apontam para importantes inflexões no saldo migratório da região. Após ostentar expressivos saldos negativos em períodos passados, esta região

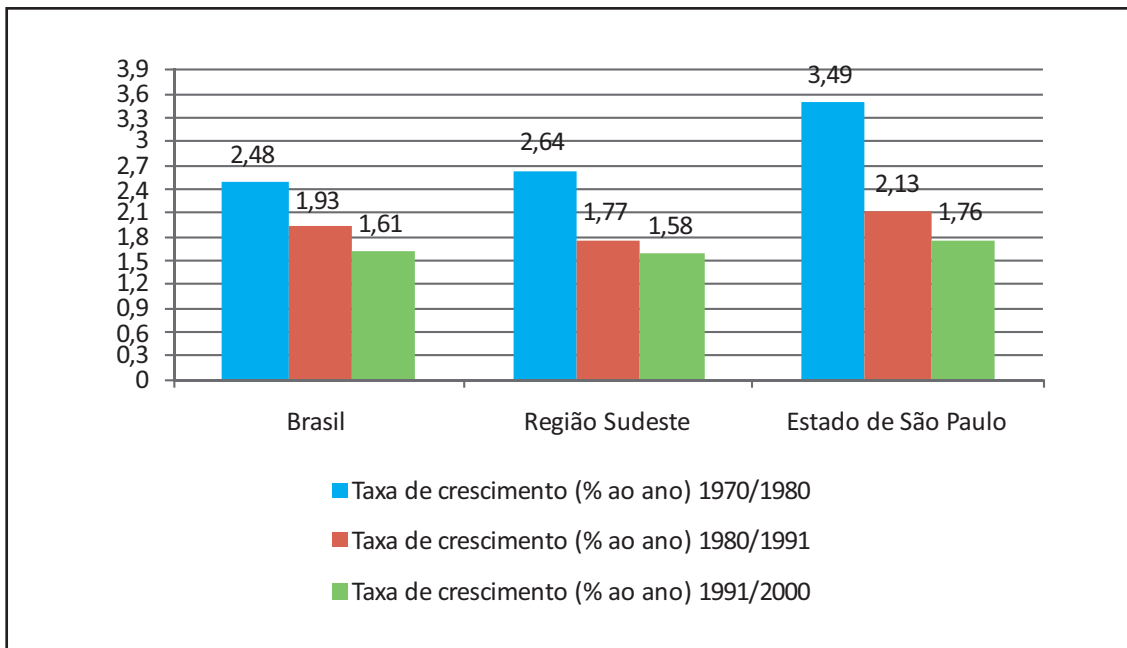


Gráfico 5 – Taxa de Crescimento da População por Períodos

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos Dados de Baeninger (2002).

começa a exibir saldos positivos, revertendo sua situação migratória, conforme exposto no Gráfico 6.

No período 1986-1991, registrou-se saldo negativo de 185.371 migrantes, o que caracterizaria a região como grande expulsora de migrantes. Tal situação, porém demonstrou indícios de reversão no quinquênio posterior. Entre 1995 a 2000, o saldo migratório

registrado foi de uma perda de 19.195 indivíduos, valor aproximadamente 89% menor do que o apurado no período anterior. Já o quinquênio 2001-2006 exibiu saldo migratório positivo de 40.534 indivíduos. Assim, tem-se que a região Sul desponta no cenário contemporâneo como um possível polo ascendente de atração de migrantes internos no Brasil.

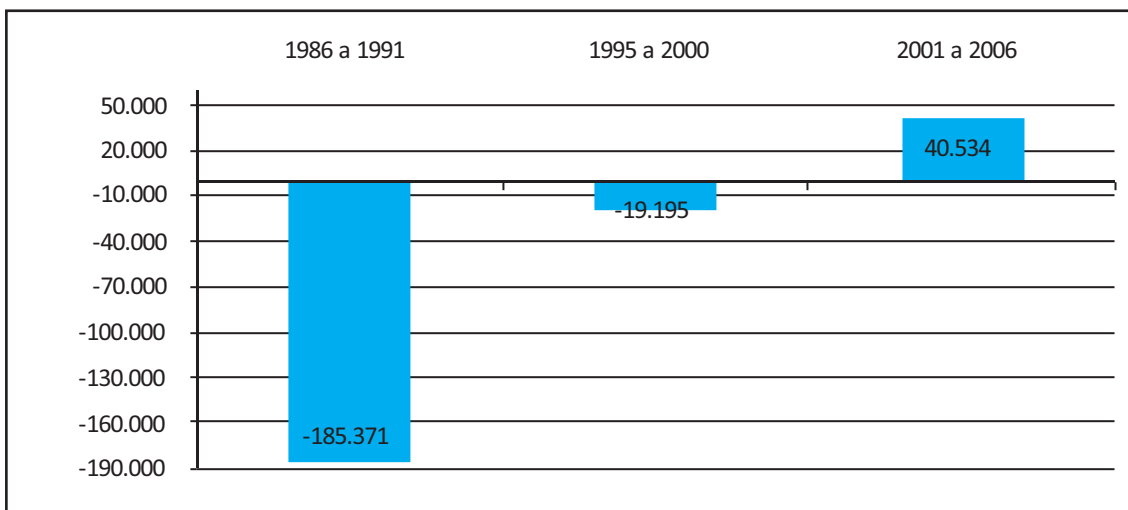


Gráfico 6 – Saldo Migratório da Região Sul

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs 2001 a 2006.

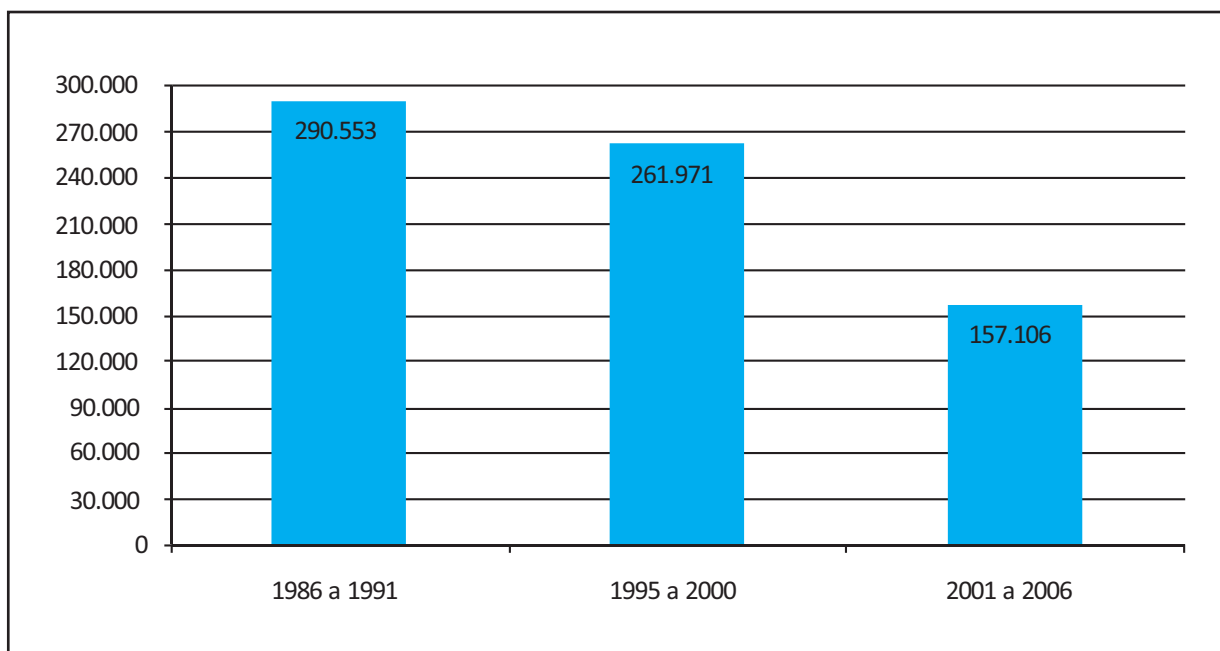


Gráfico 7 – Saldo migratório dos estados da região Centro-Oeste

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs de 2001 a 2006.

Desde a sua ocupação e, mais especificamente, após a criação do Distrito Federal como a nova sede do governo nacional, a região Centro-Oeste caracterizou-se por ser um centro de atração de mão de obra. Tal hipótese é reafirmada através da obtenção de resultados que apontam a formação de saldos migratórios positivos em todos os períodos analisados. Contudo, tais valores vêm apresentando tendência decrescente, conforme pode ser visto no Gráfico 7.

No período 1986-1991, a região Centro-Oeste apresentou saldo migratório positivo de 290.553 indivíduos, valor considerado bastante expressivo, ficando atrás apenas da região Sudeste. Porém, ao longo da série, estes valores apresentaram redução gradativa. Comparado ao período anterior, o quinquênio 1995-2000 mostrou redução de aproximadamente 10%, ao passar de 290.553 migrantes entre 1986 a 1991 para 261.971 pessoas entre 1995 a 2000. Em relação ao período de 1986 a 1991, esta redução foi de 29% do valor inicialmente obtido. Os primeiros anos do século XXI mantêm a tendência observada nos dois últimos Censos do século XX. No quinquênio 2001 a 2006, o saldo migratório da região foi de 157.106, com redução em torno de 46% em relação ao período 1986-

1991. Esta tendência de queda nos valores positivos demonstra mudança de tendência na região, que, desde a década de 1980, se configurava como polo de atração populacional.

Tais resultados são atribuídos, em boa medida, ao esgotamento da fronteira agrícola na região Centro-Oeste. Contudo, há uma nova dinâmica migratória na qual a região Centro-Oeste está inserida. Segundo Baeninger (2002), esta região recebeu migrações significativas no período de expansão das fronteiras agrícolas, entre as décadas de 1970 e 1980. Contudo, o fim da década de 1980 e o início da década de 1990 foram caracterizados pela redução dos fluxos migratórios de longa distância que se dirigiam às fronteiras agrícolas. Dentro desta nova dinâmica que se desenhava, a região passou a perder expressivos contingentes de mão de obra, associados à migração de retorno, especialmente para os estados da região Nordeste e Sul. Tendo sido uma região de absorção de fluxos de longa distância, o Centro-Oeste sofre reduções expressivas na sua população ao longo da década de 1990 a partir da busca de seus habitantes por outros estados ou da volta aos seus estados de origem.

Conforme Baeninger (2000), em regiões como o Centro-Oeste, que receberam muitos imigrantes em períodos passados, a proporção de migrantes de retorno sobre o total de sua imigração foi bastante expressiva nos movimentos intrarregionais do que nos inter-regionais, indicando o intenso deslocamento de ida e volta entre estados da mesma região. Sobre tal dinâmica, Baeninger (2000, p. 19) afirma:

No Centro-Oeste houve um aumento da proporção da imigração intra-regional para todos os seus estados, refletindo a importância crescente dos deslocamentos populacionais internos e, sobretudo, a emergência de uma área de expansão metropolitana que extravasa os limites políticos-administrativos de uma UF; trata-se de Brasília e seu entorno, cujos municípios são pertencentes ao Estado de Goiás. O Distrito Federal já registrava, no período 1986-1991, uma perda populacional de 40.135 pessoas para Goiás, volume que se elevou para 63.118 migrantes, no período 1991-1996.

6 – SALDOS MIGRATÓRIOS NOS ESTADOS BRASILEIROS ENTRE 1986 A 2006

As flutuações observadas para as cinco grandes regiões brasileiras podem ser mais bem compreendidas a partir das dinâmicas estaduais. Segundo Pacheco e

Patarra (1997), a partir da década de 1980, iniciam-se as mais intensas mudanças na dinâmica populacional brasileira, marcando o aparecimento de novos padrões migratórios. Ou, como afirma Baeninger (1998), começam a se verificar no Brasil e, especificamente, no Estado de São Paulo, dois movimentos interligados, a desconcentração econômica e a populacional, que implicarão, a partir da década de 1980 em diante, mudanças na direção e sentido dos fluxos migratórios.

Nesse sentido, observa-se que, no tocante aos estados da região Norte, os fluxos migratórios no primeiro (1986/1991) e no segundo quinquênio analisado (1995/2000), o saldo positivo da região é produto das contribuições dos estados de Rondônia, com 43.189 migrantes; Amazonas, com 46.050 migrantes; Roraima, com 62.062 migrantes; Amapá, com 45.963 migrantes; e Tocantins, com 23.436 migrantes. A soma destes valores apresenta um saldo positivo de 220.664 migrantes, algo que é diminuído em função das perdas migratórias apresentadas pelos estados do Acre, com -3.800 migrantes, e Pará, com -81.435 migrantes. No período posterior, estes estados ainda são representativos, à exceção do Tocantins. Nos dois períodos iniciais, o Estado do Pará apresentou valores negativos significativos, conforme pode ser verificado no Gráfico 8.

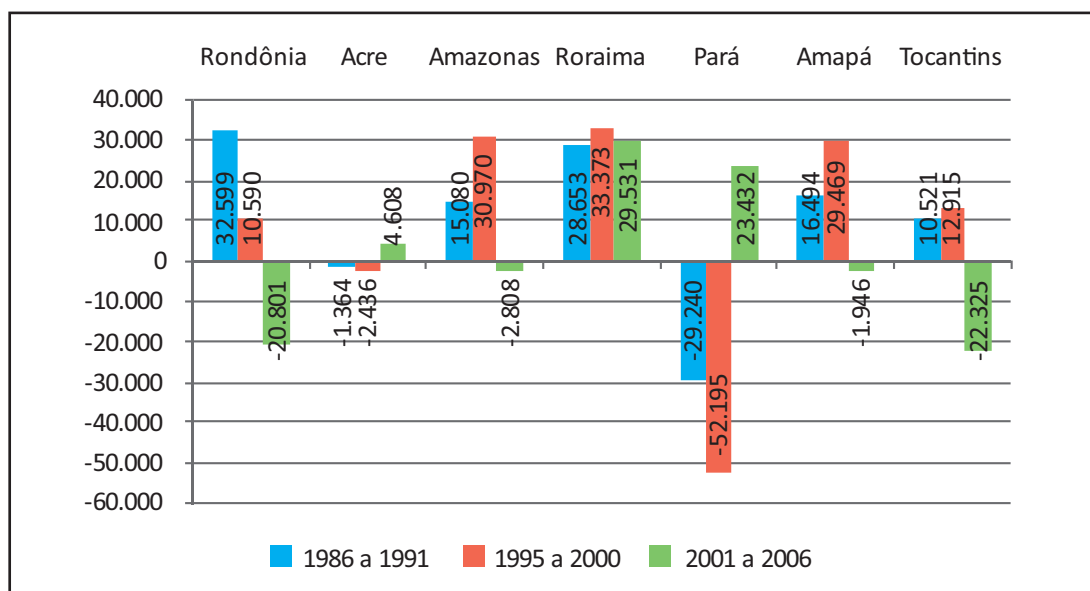


Gráfico 8 – Saldo Migratório dos Estados da região Norte

Fonte: Elaboração própria dos autores partir dos Dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs 2001 a 2006.

Por sua vez, o saldo positivo obtido pela região, entre 2001-2006, foi impulsionado pelos valores positivos de Roraima e Pará; juntos, eles apresentaram um saldo positivo 52.963 migrantes, apesar das perdas registradas em Rondônia e Tocantins, que totalizaram -43.126 migrantes. Com exceção de Roraima, todos os estados tiveram alterações nas suas tendências migratórias. Deve-se destacar que, em todas as observações, o Estado do Acre obteve valores pouco expressivos, sendo que sua participação não influenciou a dinâmica da região.

Com relação aos estados do Nordeste brasileiro, os expressivos saldos negativos registrados nos dois primeiros períodos na região devem-se ao volume de saídas registradas pelos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Paraíba e Piauí. Nos dois períodos avaliados, estes estados perderam 1.531.553 migrantes, o que representa 82% do total de migrantes expulsos em ambos os períodos analisados. Após o ano 2000, tais estados mostraram uma nova dinâmica, refletindo na redução do contingente de expulsão na região Nordeste.

Sem dúvida, as alterações observadas na geografia econômica do país, os novos rumos da área metropolitana de São Paulo sintetizam com

clareza esta questão. A metrópole perde importância em termos industriais e, paulatinamente, desacelera seu crescimento populacional. Desse modo, as significativas mudanças na mobilidade populacional a partir dos anos 1980, por um lado, parecem estar relacionadas com a melhoria da dinâmica econômica do Nordeste entre 1970 a 2000 e, por outro, com a redução do crescimento econômico da grande São Paulo, que teve como principal consequência o baixo crescimento dos níveis do emprego formal na indústria de transformação e pode tanto ter incentivado uma menor migração em direção a esta região como favorecido a migração de retorno, notadamente para Minas Gerais e o Nordeste. (PACHECO, 1999; MARTINE, 1994).

Entre 2001 a 2006, destacaram-se os saldos positivos apresentados pelos estados do Ceará (38.329), Bahia (33.017) e Rio Grande do Norte (30.423), bem como os baixos valores negativos observados para o Piauí (-11.352) e Pernambuco (-10.044). Neste mesmo ano, o Maranhão (-66.707) e Alagoas (-35.125) apresentaram os maiores saldos negativos dentre os estados nordestinos, contribuindo para os valores negativos apresentados pela região (-3.423). Por sua vez, o Estado de Sergipe não mostrou grande impacto na dinâmica da região como um todo.

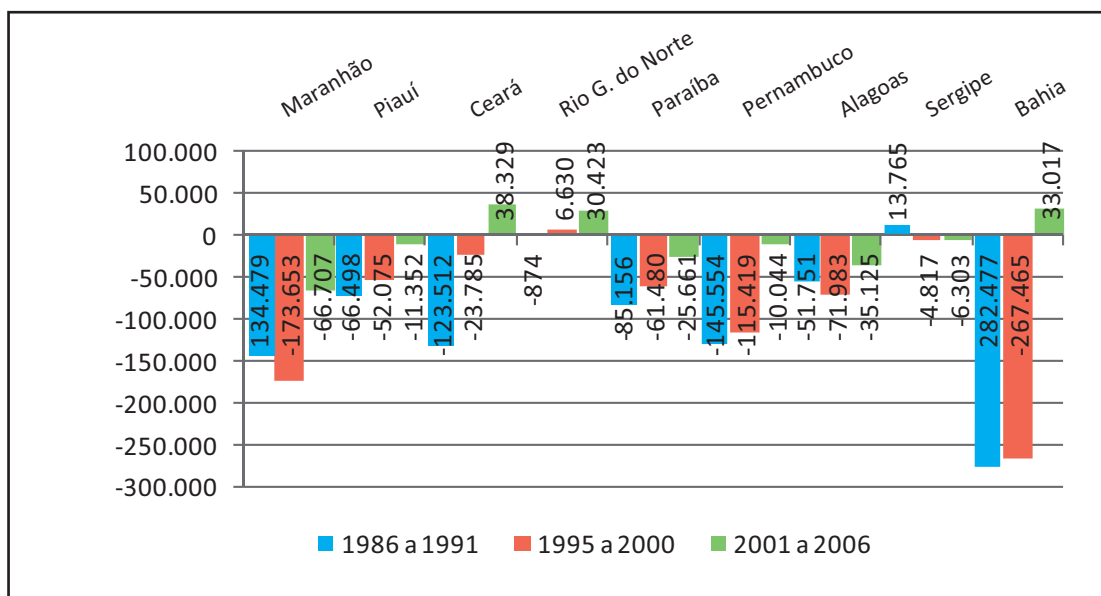


Gráfico 9 – Saldo migratório dos estados da região Nordeste

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs de 2001 a 2006.

A análise dos estados da região Sudeste revela importantes mudanças em termos estaduais. Neste contexto, destaca-se o Estado do Rio de Janeiro, que passou de saldo migratório positivo no último quinquênio do século passado para negativo no limiar do século XXI. Já o Estado de São Paulo surpreende ao passar de um saldo migratório positivo ao longo dos últimos dois Censos Demográficos para saldo negativo a partir do primeiro quinquênio do novo século. As flutuações nos saldos migratórios sofridas por estes estados podem ser visualizadas no Gráfico 10 a seguir.

Nos três períodos abordados os estados de Minas Gerais e Espírito Santo demonstraram saldos migratórios positivos, que permaneceram estáveis ao longo do tempo – exceção feita a Minas Gerais, que obteve saldo negativo de 107.511 no período 1986-1991. O Estado do Rio de Janeiro intercalou saldos positivos e negativos ao longo da série, mas nada que influísse decisivamente sobre os resultados finais da região. Tais valores foram incisivamente determinados pelo comportamento demonstrado por São Paulo. No primeiro quinquênio avaliado, este estado mostrou saldo migratório positivo de 744.798 indivíduos. No período seguinte, registrou uma redução

de aproximadamente 54% no contingente de migrantes atraídos em relação à observação anterior. Todavia, entre 2001 a 2006, presenciou-se a formação de um saldo migratório negativo de 207.098 migrantes. Desta forma, a flutuação da região Sudeste está fortemente relacionada ao comportamento exibido pelo Estado de São Paulo, como pôde ser comprovado anteriormente. Tais resultados encontram explicações nos argumentos de Queiroz e Targino (2007, p. 2):

Foi o estado de São Paulo, com especial destaque para sua região metropolitana, quem mais sentiu o “peso” da crise. O significativo aumento da taxa de desemprego mostra claramente que a partir dos anos 1980, em especial na década de 1990, a metrópole paulista perde importância em termos de oferta, qualidade e estabilidade do emprego, ocasionando o retorno de migrantes para as respectivas terras natais e desestimulando a entrada de migrantes em todo o estado de São Paulo.

Para os estados do Sul do Brasil, os resultados dessa região são consequência das significativas mudanças observadas nos estados de Santa Catarina e do Paraná. Enquanto o primeiro mostrou crescimento de seus contingentes migratórios, o segundo reduziu expressivamente os saldos negativos que comumente apresentava. Tal flutuação pode ser vista no Gráfico 11.

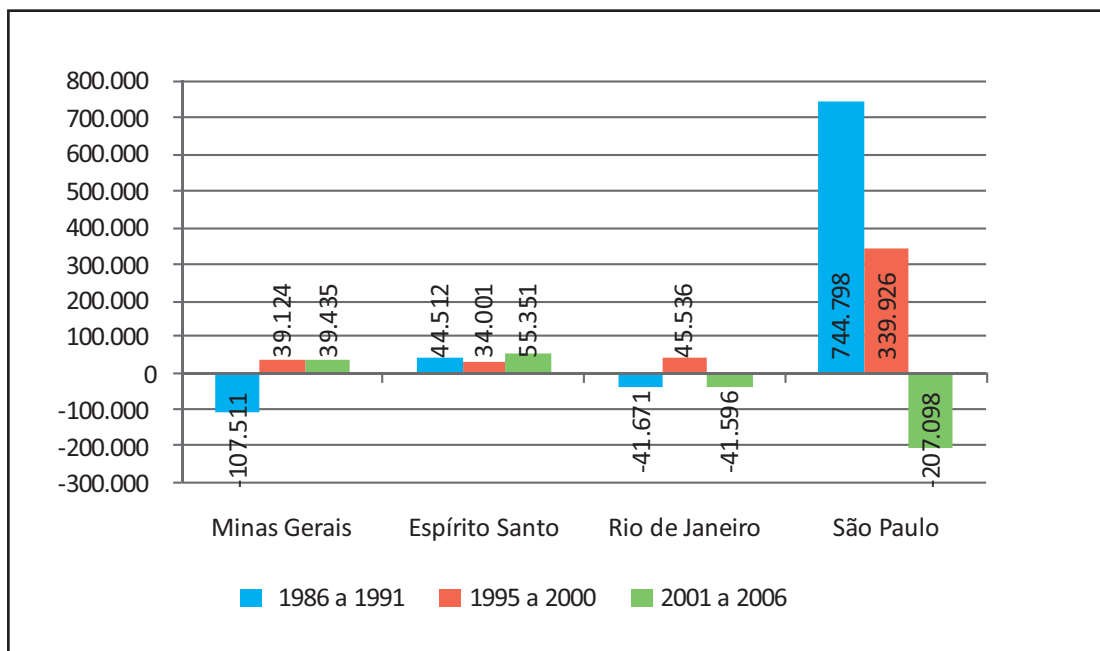


Gráfico 10 – Saldo Migratório dos Estados da região Sudeste

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs de 2001 a 2006.

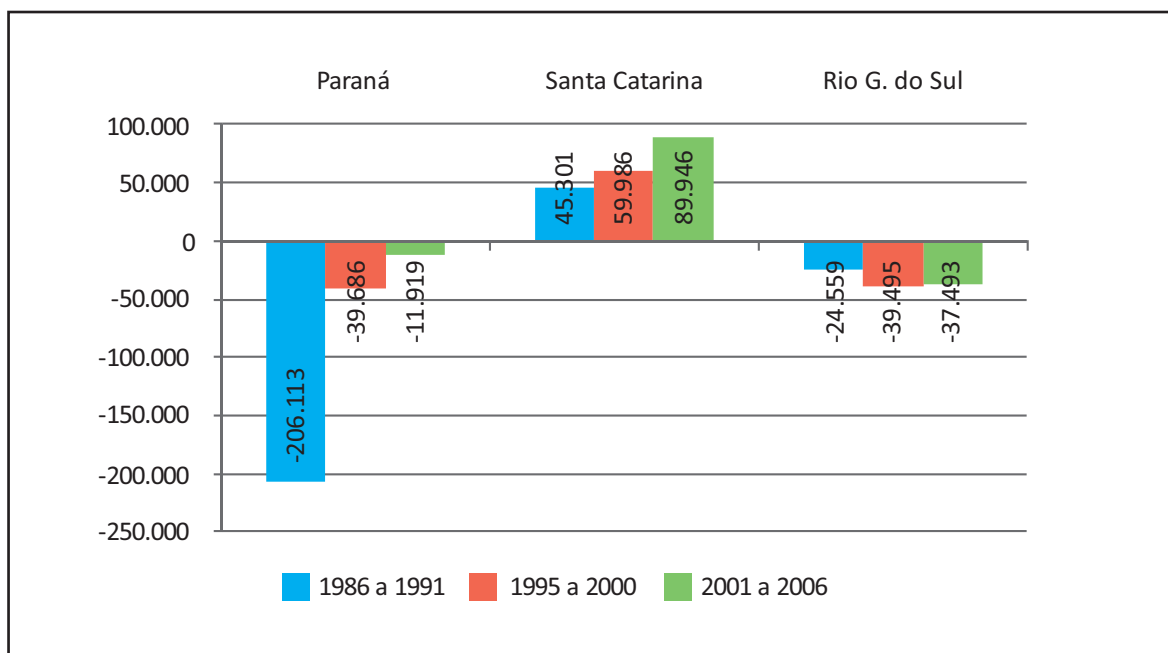


Gráfico 11 – Saldo Migratório dos Estados da Região Sul

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs de 2001 a 2006

O Estado do Paraná mostrou significativo saldo migratório negativo de 206.113 indivíduos no primeiro período analisado. Posteriormente, no quinquênio 1995-2000, este valor reduziu-se em cerca de 80% do valor inicialmente abordado. Este resultado foi corroborado pelo valor seguinte, que registrou, entre 2001 a 2006, saldo negativo de 11.919 migrantes. Por sua vez, o Estado de Santa Catarina mostrou elevações constantes no seu saldo migratório positivo, com valores de 45.301 migrantes entre 1986-1991; 59.986 entre 1995-2000; e 89.946 entre 2001-2006. Já o Estado do Rio Grande do Sul revelou pequenas oscilações nos seus saldos migratórios negativos, com média aproximada de 32.000 migrantes nos três períodos em análise. Ao manter seus valores praticamente constantes, este estado não exerceu participação na reversão da tendência migratória da região Sul.

No tocante aos estados da região Centro-Oeste, no quinquênio 1986-1991, os saldos migratórios positivos foram expressivos em Mato Grosso, Goiás e no Distrito Federal, sendo que estes estados responderam por cerca de 93% das migrações. No quinquênio seguinte,

destacou-se o crescimento do saldo positivo do Estado de Goiás, que proporcionou expansão de quase 82% em relação ao valor anterior. O Estado de Mato Grosso apresentou, neste período, redução de cerca de 60% do seu saldo positivo. Tal redução também foi acompanhada pelo Distrito Federal, que obteve queda de 53% em relação aos valores do período 1986-1991.

Após o ano de 2000, acentuou-se o processo de redução dos saldos migratórios. Entre 2001-2006, novos decréscimos são verificados. O Distrito Federal registra um novo saldo negativo de 12.784 indivíduos. O Estado de Goiás passou de um saldo migratório de 202.802 pessoas, entre 1995-2000, para 73.560 no período 2001-2006. O Mato Grosso, por sua vez, passa de saldo positivo de migrantes de 42.575, entre 1995-2000, para 56.512 no período 2001-2006. Já o Mato Grosso do Sul demonstrou oscilações entre valores positivos e negativos, sendo a última observação um valor positivo de quase 40.000 migrações. Assim, pode-se inferir que a tendência de redução dos saldos migratórios na região Centro-Oeste é fruto das variações ocorridas principalmente nos estados de Goiás, Mato Grosso e no Distrito Federal.

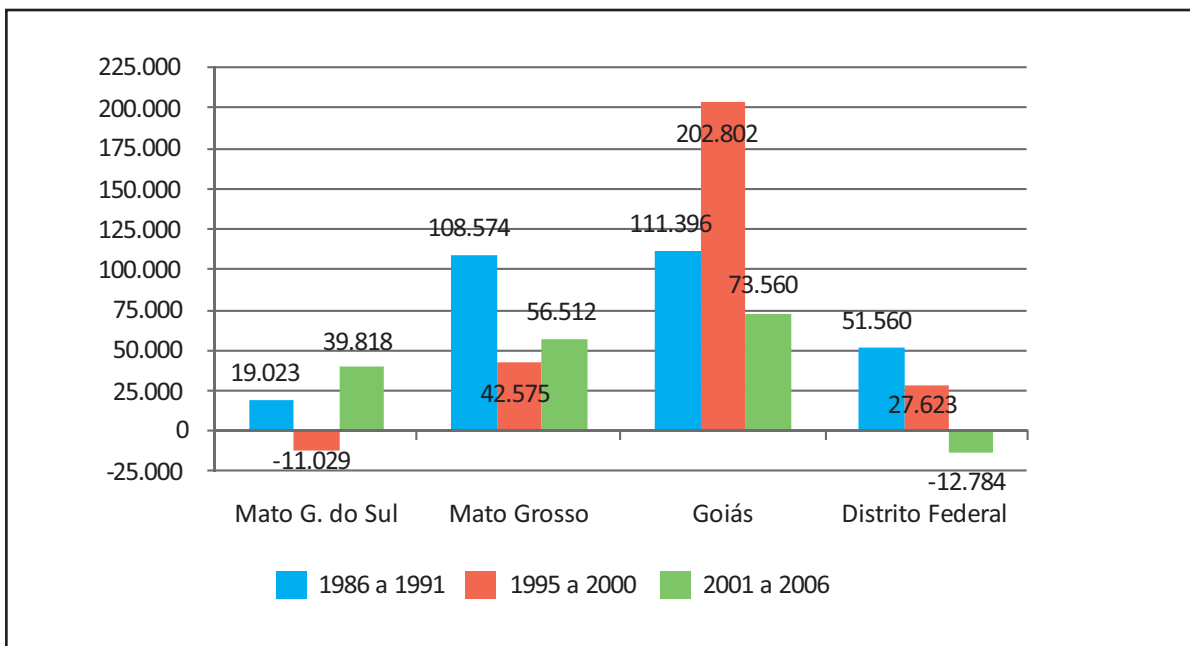


Gráfico 12 – Saldo Migratório dos Estados da Região Centro-Oeste

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs de 2001 a 2006.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário migratório atual aponta para uma nova tendência nos deslocamentos populacionais. Nesse sentido, o presente trabalho se propôs a analisar as recentes mudanças nos fluxos migratórios no Brasil, na tentativa de descrever a dinâmica populacional contemporânea.

Dentro do contexto abordado, os deslocamentos migratórios são interpretados como respostas aos fenômenos econômicos impostas pela mão de obra na procura de uma região que lhe promova melhores condições de trabalho e remuneração. Contribuições teóricas dentro desta concepção foram estabelecidas por autores como Ravenstein, Lee, Sjaastad, Arthur Lewis, T. Schultz e Paul Singer, onde a relevância destas proposições manifesta-se ao serem postas na discussão da dinâmica migratória brasileira.

Durante o período do estado desenvolvimentista, de 1930 até o início dos anos 1980, o crescimento econômico brasileiro foi pautado na indústria concentrada na região Sudeste. Tal fato levou à formação de um fluxo de migrantes, oriundos das diversas regiões, em direção ao Sudeste,

especialmente ao Estado de São Paulo. O Nordeste e o Sul do país tornaram-se regiões de expulsão de migrantes, enquanto o Centro-Oeste e o Norte passaram a atrair migrantes por meio da expansão de suas fronteiras agrícolas a partir dos anos 1970.

Contudo, a partir da década de 1980, inicia-se um movimento de reversão destes fluxos migratórios. Estas modificações foram resultado das inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trará consigo vários efeitos em termos políticos, econômicos e sociodemográficos. Tais mudanças exercem efeitos decisivos sobre a decisão de migrar e, num contexto mais atual, sobre a decisão de permanecer ou não na região para a qual migrou. Desta forma, algumas regiões passaram a apresentar modificações estruturais significativas em seus movimentos migratórios.

Os resultados obtidos atestaram possível reversão nos recentes fluxos migratórios para algumas regiões em estudo. A região Norte apresentou redução expressiva no seu saldo migratório positivo, indicando provável esgotamento econômico de sua fronteira agrícola. Isto se refletiu em uma redução no volume dos saldos migratórios entre os períodos em estudo,

sendo esta redução ainda mais representativa nos estados do Amazonas e Tocantins, pois passaram a apresentar saldos negativos.

Por sua vez, a região Nordeste vem reduzindo consideravelmente a dimensão de saldos migratórios negativos, Com destaque para os estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, que, em 2006, exibiram significativos saldos positivos.

A região Sudeste apresentou inflexão em seus saldos migratórios, saindo de valores altamente positivos nas décadas de 1980 e 1990 para uma situação de saldo migratório negativo já na década de 2000, com o registro de uma perda líquida de 153.908 migrantes entre 2001-2006. Tais resultados foram influenciados exclusivamente pelo Estado de São Paulo, que sofreu perda líquida de 207.098 migrantes entre 2001-2006.

O Centro-Oeste mostrou considerável redução nos seus saldos positivos, demonstrando reduções, expressivas em todos os três períodos em análise. Estes resultados evidenciam a diminuição do seu poder de atratividade, refletindo no aumento das suas saídas.

Por fim, a região Sul tornou-se área de atração de migrantes, saindo de um saldo negativo de 19.195 migrantes registrado entre 1995-2000 para valores positivos de 40.534 pessoas no período 2001-2006. Tais resultados vêm contrariar a tendência histórica de expulsão de indivíduos apresentada pela região até o ano de 2000.

Deve-se destacar que há indícios de que estas tendências de reversão dos fluxos migratórios no território nacional sejam estabelecidas pelo fortalecimento das migrações de retorno, principalmente como mecanismo de reversão dos saldos migratórios regionais e estaduais – especialmente nas regiões Sul e Nordeste, destacando-se nesta última os valores positivos registrados pelos estados do Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

Evidenciou-se que o processo de desconcentração econômica e os incentivos fiscais oferecidos por diversos governos estaduais vêm proporcionando, aos estados fora da região Sudeste, oportunidade de expansão das suas atividades econômicas, especialmente aquelas ligadas à indústria intensiva em

mão de obra (têxtil, calçadista e alimentícia) e serviços – especialmente o turismo. Isto tem estimulado a permanência de trabalhadores nestas localidades, restringindo o número de saídas em direção aos grandes centros urbanos e, por outro lado, motivando contingentes populacionais a buscarem novas oportunidades em outras regiões.

Mantendo-se tal tendência na dinâmica migratória brasileira, acredita-se que as ratificações das proposições aqui indicadas possam ser comprovadas através dos dados do Censo Demográfico de 2010.

ABSTRACT

Starting from 1950, there was a characterization of source's areas of migrants, as the Brazilian Northeast and the State of Minas Gerais, and destination's areas, as the Brazilian Southeast, especially the State of São Paulo. However, such flows are presenting significant changes. The present article intends to examine the recent changes in Brazilian internal migratory dynamics, basing possible determinants that corroborate these results theoretically. The data base used was constituted of Demographic Censuses data of 1991 and 2000, and in PNADs of 2001 to 2006. It was observed that during the decade of 1990 a few changes happened in the migratory balances, with the maintenance of the types of migratory flows observed in the decade of 1980. However, the first years of XXI century present important inflections in the internal migratory balances in some areas and Brazilian states.

KEY WORDS

Internal Migration. Migratory Balances. Demography Trends.

REFERÊNCIAS

AMORIM, E. C. P. de. **PROPEDE**: incentivo fiscal do estado de Pernambuco: avaliação dos controles para acompanhamento das atividades incentivadas. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

- BAENINGER, R. Expansão, redefinição ou consolidação dos espaços da migração em São Paulo?: análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Campinas. **Anais...** Campinas: MPC Artes Gráficas em Papel, 2002.
- _____. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11., Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1998.
- _____. **Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2000, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.
- BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. de. As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 22, p. 441-455, 2006.
- CAMPOS, L. H. R. de. **O processo de aglomeração produtiva em Pernambuco.** 2004. 165 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- CANÇADO, R. P. Migrações e convergências no Brasil: 1960-91. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 211-236, abr./jun. 1999.
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 8, p. 101-141, jun. 1997.
- FURTADO, C. **O Brasil pós-“milagre”.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- IBGE. **Censos demográficos 1991 a 2000.** Rio de Janeiro, 2002. 1 CD-ROM.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios.** Rio de Janeiro, 2007. 1 CD-ROM.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações internas: textos selecionados.** Fortaleza: BNB, 1980. Tomo 1.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. **Manchester School of Economics and Social Studies**, p. 139-192, May 1954.
- MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para discussão, n. 329).
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- MOURA, H. A. de. Nordeste: uma representação espacial da pobreza e migração. In: _____. **Uma construção de novos olhares.** Recife: FJN, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2002.
- PACHECO, C. A. **Novos padrões de localização industrial?: tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial.** Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 633).
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões?. In: _____. **Migração, condição de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993.** Campinas: Unicamp, 1997. p. 24-52.
- PACHECO, F.; SOUZA, R. L. de. A política de atração de investimentos industriais na Bahia: uma breve análise. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 107, p. 13-20, abr. 2003. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p107/03.pdf>. Acesso em: jul. 2008.
- PONTES, P. A.; VIANNA, P. J. R.; HOLANDA, M. C. A **política de atração de investimentos industriais do Ceará: uma análise do período 1995-2005.** Fortaleza: IPECE, 2006. (Texto para Discussão, n. 26).
- QUEIROZ, S. N. de; TARGINO, I. Ceará: migração de retorno e de não-naturais durante a década de

1990. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 5., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: ABEP, 2007.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980. Tomo 1.

SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SINGER, P. Economia política da urbanização. São Paulo: Contexto, 2002.

SJAASTAD, L. A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. A. de (Org.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980. Tomo 1.

VASCONCELOS, J. R. de; ALMEIDA, M. B. de; SILVA, A. B. **Ceará, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986 a 1996**. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, n. 627).

VASCONCELOS, J. R. de; VERGOLINO, J. R. **Pernambuco: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1985 a 1996**. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, n. 628).

Recebido para publicação em 28.07.2009.